



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2021

(nº 569/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 569

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ORLANDO LEITE RIBEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

Brasília, 28 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **POMPEU ANDREUCCI NETO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **ORLANDO LEITE RIBEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 904/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código



verificador **2985769** e o código CRC **3B821757** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008520/2021-93

SEI nº 2985769

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ORLANDO LEITE RIBEIRO

CPF.: 994.344.077-53

ID: 8086 MRE

1966 Filho de Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro e Elizabeth de Souza Dantas Strauss, nasce em 7 de junho, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1991 Ciências Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ

Cargos:

1993 Terceiro-secretário

1999 Segundo-secretário

2003 Primeiro-secretário, por merecimento

2007 Conselheiro, por merecimento

2011 Ministro de segunda classe, por merecimento

2017 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1993-94 Divisão da África I, assistente

1994-95 Divisão da África II, assistente

1995 Embaixada em Harare, encarregado de negócios em missão transitória

1995-96 Divisão de Política Financeira, assistente

1996-97 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior, assessor

1997-00 Consulado-Geral em Nova York, terceiro-secretário e segundo-secretário

2000-04 Embaixada em Assunção, segundo-secretário

2004-06 Divisão de Integração Regional, assistente

2006-07 Departamento de Comunicações e Documentação, assessor

2008-11 Embaixada em Washington, conselheiro

2011-15 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, chefe

2016 Divisão de China e Mongólia, chefe

2016-18 Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos, diretor

2018- Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, secretário

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE EUROPA III**

ESPAÑA



OSTENSIVO

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.370 km ²
POPULAÇÃO	47 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral (Cortes Generales): Congresso dos Deputados (<i>Congreso de los Diputados</i>) e Senado (<i>Senado</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente de Governo Pedro Sánchez (desde junho de 2018)
CHANCELER	José Manuel Albares (desde julho de 2021)
PIB nominal (2020)	US\$ 1,28 trilhão
PIB PPP (2021, est)	US\$ 1,92 trilhão
PIB nominal <i>per capita</i> (2020)	US\$ 27.130
PIB PPP <i>per capita</i> (2021, est)	US\$ 41.546
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	6,2% (2021, est); -11% (2020); 2% (2019); 2,6% (2018); 3,0% (2017); 3,2% (2016); 3,6% (2015)
IDH (2019)	0,904 - 25º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	83,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2018)	99,72% (UNESCO)

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	16,8% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Fernando García-Casas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	80.480 (regulares ou não, segundo Instituto Nacional de Estatística da Espanha de 2018), sendo 36.689 também cidadãos da União Europeia.
EMBAIXADOR NA ESPANHA	Pompeu Andreucci Neto



PERFIS BIOGRÁFICOS

REI FELIPE VI



O **Rei Felipe VI** (Felipe Juan Pablo Alfonso de Todos los Santos de Borbón y de Grecia) é o terceiro filho do Rei Juan Carlos e da Rainha Sofía. Nasceu em Madri, em 30 de janeiro de 1968. Em 1993, graduou-se em Direito pela Universidade Autônoma de Madri. Em 1995, completou mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown. Em 2004, casou-se com Letizia Ortiz Rocasolano. Em 19 de junho de 2014, fez o juramento previsto no artigo 61 da Constituição da Espanha e foi proclamado Rei diante do Parlamento, assumindo o nome de Felipe VI.

PRESIDENTE DE GOVERNO, PEDRO SÁNCHEZ



Pedro Sánchez. Nasceu em Madri, em 29 de fevereiro de 1972. Formado em Economia, trabalhou como professor universitário e assessor no Parlamento Europeu. Foi eleito deputado pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) em 2009, reeleito em 2013. Durante as eleições gerais ocorridas em abril de 2019, o PSOE foi vitorioso tanto no Congresso quanto no Senado. Fortemente europeísta, tendo feito doutorado com tese sobre diplomacia europeia. É casado e tem duas filhas. Fluente em inglês e francês.

MINISTRO DOS ASSUNTOS EXTERIORES, UNIÃO EUROPEIA E COOPERAÇÃO, JOSÉ MANUEL ALBARES



José Manuel Albares Bueno. Nascido em Madri, em 1972. É licenciado em direito pela Universidade de Deusto. Ao longo de sua carreira diplomática, desempenhou os cargos de Cônsul Geral na Colômbia, Representante Permanente junto à OCDE e Embaixador na França. De junho de 2018 a fevereiro de 2020, ocupou o cargo de Secretário Geral de Assuntos Internacionais, União Europeia, G20 e Segurança Global no Gabinete do Presidente de Governo, Pedro Sánchez, atuando como *sherpa* espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Tem como um dos objetivos de sua gestão intensificar relações com países do norte da África e da “Iberoamérica”. Possui 4 filhos.

Comércio Bilateral - Fonte: MECON (US\$ bilhões)

Brasil → Espanha	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<i>Intercâmbio</i>	6,4	5,2	6,7	8,2	7,0	6,6
<i>Exportações</i>	2,9	2,6	3,8	5,1	4,0	4,0
<i>Importações</i>	3,5	2,6	2,9	3,1	3,0	2,6
<i>Saldo</i>	-0,556	0,038	0,963	2,0	1,21	1,4

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

A comunidade brasileira na Espanha soma mais de 80 mil residentes cadastrados, sendo que cerca de 40 mil são também cidadãos da Comunidade Europeia. Do total de residentes, cerca de 25 mil são homens e 55 mil são mulheres.

A relação alcançou patamar superior com a assinatura, em 2003, do Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica), que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades

das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

A mais recente visita oficial de Chefe de Governo ocorreu com a vinda do então Presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil, em 24 de abril de 2017, sendo a culminação de encontros ministeriais, ocorridos em novembro de 2016, por ocasião da visita do então Chanceler José Serra à Espanha. Durante o evento, foi aprovada nova Declaração Conjunta, contendo plano de ação que passou a orientar a agenda bilateral em suas diversas áreas temáticas. Segundo a Declaração, "o Presidente Mariano Rajoy convidou o Presidente Michel Temer a visitar a Espanha, o que foi aceito pelo mandatário brasileiro, em data a ser determinada de acordo com a conveniência mútua." Por ocasião da visita de Rajoy, o então Presidente Temer reiterou convite dirigido ao rei Felipe VI para que visitasse o Brasil.

A última visita de Chefe de Estado da Espanha ao Brasil foi de D. Felipe, ainda na condição de Príncipe das Astúrias, em março de 2014, quando manteve em São Paulo compromissos com empresários e autoridades locais. O lado brasileiro reiterou o convite ao monarca por meio de carta do Presidente Jair Bolsonaro encaminhada em fevereiro de 2020. Após a eclosão da pandemia de COVID-19, o assunto permaneceu em suspenso, até ser renovado em carta do Presidente Bolsonaro parabenizando o rei pelo sexto ano de reinado. Em julho de 2020, a Secretária-Geral da chancelaria espanhola mencionou ao Embaixador brasileiro em Madri que “conviria retomar” a ideia da viagem do rei ao Brasil.

Em relação a outras recentes visitas de autoridades, a então Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro. O então Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, manteve, em Madri, em maio de 2019, reunião com o CEO do grupo turístico espanhol Globalia, Javier Hidalgo, com o Secretário-Geral da Organização Mundial

do Turismo (OMT), Zurab Pololikashvili, e com a Secretária de Estado de Turismo da Espanha, Isabel Olivera. O Ministro Marcos Pontes (MCTIC) manteve reunião, em Barcelona, em fevereiro de 2019, com seu homólogo espanhol, Pedro Duque. Houve encontro bilateral entre o ex-ministro Ernesto Araújo e o então chanceler espanhol Borrell durante a 74ª AGNU, em setembro de 2019.

Em fevereiro de 2020, houve ligação telefônica entre o Ministro Carlos Alberto Franco França e a então Ministra Arancha González, seguido de diversos contatos ministeriais por videoconferência ao longo do ano. O então Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, realizou viagem oficial à Espanha, de 26 de fevereiro a 2 de março, acompanhado de delegação parlamentar. No dia 27/02, Rodrigo Maia manteve audiência com o Rei Felipe VI no Palácio da Zarzuela.

Em 2021, o Ministro de Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França conversou por telefone com a então Ministra de Assuntos Exteriores, Arancha González, no mês de abril. Em maio, a ex-Ministra Arancha visitou Brasília, oportunidade em que teve lugar reunião da Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha. Na ocasião, o Ministro Carlos Alberto Franco França agradeceu ao governo espanhol a doação de medicamentos para intubação para os hospitais brasileiros e reiterou a intenção de trabalhar de forma coordenada com a Espanha para a distribuição tempestiva e a promoção de vacinas seguras, eficazes e acessíveis. Foram também passadas em revista as perspectivas dos diálogos setoriais da Parceria Estratégica, com destaque para os campos econômico-comercial, de ciência e tecnologia e cooperação. Discutiu-se o fortalecimento de iniciativas de cooperação técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Adicionalmente, foi estabelecida a Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, com o objetivo de conferir organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático. A Comissão Permanente elaborará um “mapa do caminho” com metas e iniciativas prioritárias para os

diálogos setoriais. A ex-Ministra Arancha González foi recebida pelo Senhor Presidente da República em audiência em 6 de maio. Manteve ainda encontros com o Ministro do Desenvolvimento Regional, com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o Ministro da Economia e com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Mecanismos Bilaterais Existentes

A Comissão Ministerial de Diálogo Político, inaugurada em 2014, é o principal instrumento de consultas bilaterais regulares. É chefiada por ambos os ministros. Na visita do ex-Presidente Rajoy ao Brasil, foi acordado que a Comissão deverá reunir-se a cada dois anos, alternadamente em cada país, sem prejuízo da possibilidade de os ministros manterem consultas mais frequentes, quando necessário. A mais recente edição do diálogo ocorreu em maio de 2021.

De acordo com a declaração presidencial de 2017, nos intervalos entre reuniões da Comissão Ministerial, serão realizadas consultas entre o Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-américa (SECIPI) da Espanha e o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Não houve, ainda, reunião inaugural nesse nível. Com a alteração estrutural do organograma do Ministério dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação espanhol, entende-se que as reuniões entre o Secretário-Geral seriam mantidas com o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores para Ibero-américa, consoante ligação telefônica realizada em maio de 2020.

A última edição da reunião de Consultas Políticas, em nível de SG (Secretário-Geral), teve lugar em Brasília, em março de 2015.

Os demais mecanismos bilaterais são:

Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha - estabelecida em maio de 2021, tem como objetivo conferir maior organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático, seguindo o modelo já existente da CPB Brasil-Portugal. A CPB pretende ser instância superior de subcomissões temáticas, que deverão subsidiar os encontros da CPB e da Comissão Ministerial. O Memorando de Entendimento que estabeleceu a CPB não definiu o nível de autoridade a presidir suas reuniões, de forma a flexibilizar futuras reuniões do mecanismo. Não obstante, o Ministro José Manuel Albares, em sua missiva, indicou interesse em que a CPB fosse realizada em nível ministerial. A realização da primeira edição em nível de chanceleres simbolizaria a prioridade dada tanto ao mecanismo como ao relacionamento bilateral.

Comissão Mista de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação - houve primeira reunião em Brasília, em novembro de 2017. No âmbito da Comista, há grupos de trabalho para tratamento de temas de biotecnologia, saúde, nanotecnologia, energia, cidades inteligentes e indústria 4.0.

Comissão Mista de Defesa - último encontro realizado em novembro de 2016.

Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Industrial para Defesa – inaugurado em setembro de 2015.

Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos e Infraestrutura – última reunião em dezembro de 2019.

Comissão Mista de Educação e Cooperação - ainda não se reuniu.

Há interesse no estabelecimento dos seguintes mecanismos:

Comissão Mista de Interior, Justiça e Segurança - estabelecido no Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, firmado em Madri, em 25 de junho de 2007, promulgado em 2013. Ainda não houve nenhuma reunião, mas há interesse do Ministério da Justiça.

Mecanismo de Cooperação Técnica entre a ABC e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Reino da Espanha - em janeiro de 2019, o Embaixador espanhol levantou a ideia de “estabelecimento de comissão específica Brasil-Espanha de cooperação técnica” ao Diretor da ABC, mas não houve estabelecimento formal do mecanismo. Atualmente, a ABC e a Espanha estão em processo de negociação de Memorando de Entendimento para a cooperação em defesa civil e proteção ao meio ambiente mediante projetos nas seguintes áreas prioritárias: identificação e análise de riscos naturais; gestão de riscos naturais e implantação de normativas pertinentes; medidas preventivas estruturais e não estruturais diante de riscos naturais; fenômenos meteorológicos adversos em defesa civil; modelos de simulação aplicados à análise de riscos naturais; coordenação de emergências a partir de centros nacionais de operações; respostas a desastres; operações de extinção de incêndios florestais e inundações; assistência psicossocial em situações de riscos, emergências e catástrofes; e informação e promoção da cultura preventiva em comunidades e em situações de risco e escolas.

POLÍTICA INTERNA

O Reino da Espanha é uma monarquia parlamentar, na qual a chefia do Estado está a cargo do monarca, o Rei Felipe VI, que também cumpre o papel de árbitro do funcionamento estável das instituições e de símbolo de unidade nacional. O Parlamento é denominado “Cortes Gerais” e se compõe de duas casas, o Senado e o Congresso dos Deputados. A chefia do Executivo está a cargo do presidente de Governo, cuja nomeação, pelo Rei, após as eleições-gerais, depende de votação da maioria do Congresso dos Deputados.

Pedro Sánchez (Partido Socialista Obrero Español - PSOE em janeiro de 2020, formou o primeiro governo de coalizão nos 40 anos da democracia espanhola. Durante as prorrogações dos “estados de alarme” em decorrência da pandemia de Covid-19, o governo utilizou-se de configurações de geometria variável, ora com apoio da base parlamentar que permitiu a investidura, ora com apoio de partidos de oposição, como foi o caso do Ciudadanos.

A posse, em 12/7, de José Manuel Albares no cargo de Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação confirma o foco “europeísta” da administração Pedro Sánchez, tendo em conta a experiência prévia de mais de dois anos do chanceler como sherpa espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Poucas semanas após sua posse, Albares promoveu mudanças na estrutura do Ministério, dentre as quais se destacam a recriação de Secretaria de Estado dedicada aos assuntos de Ibero-América e Caribe, a qual terá entre suas competências a promoção do idioma espanhol do exterior, uma das prioridades delineadas pelo chanceler em seu discurso de posse.

POLÍTICA EXTERNA

Há grande interesse por parte da diplomacia espanhola no sentido de evidenciar aos parceiros da UE que, além de nutrir laços e interesses compartilhados com a Europa, a Espanha possui forte ligação com países latino-americanos. A Espanha é um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações. O Brasil é o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina, com 40% do total. A Espanha reivindica o papel de facilitador dos contatos entre América Latina e União Europeia, já que percebe sua proximidade com a região como capital político que alavanca sua influência e seu status político em Bruxelas.

A União Europeia constitui o núcleo da política externa espanhola. A Espanha é um dos principais fiadores do projeto de integração, e a UE constitui um de seus principais referentes políticos e econômicos, embora o país tenha ingressado tardiamente no bloco, em 1986. Na condição de 4ª principal economia da Zona do Euro e detentora da 5ª maior população, a Espanha aspira a assumir posições de maior destaque na liderança de temas comunitários. A Chancelaria espanhola costuma sublinhar agendas específicas como Política de Vizinhança Euromediterrânea e o Diálogo Birregional União Europeia-CELAC, bem como sua postura construtiva no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Desde o início de sua gestão à frente do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, o chanceler José Manuel Albares tem defendido ação exterior que permita reposicionamento do país frente a parceiros estratégicos, algo que teria sido evidenciado, segundo sua análise, pela contribuição da Espanha para a retirada de Cabul de ocidentais e cidadãos afegãos durante a tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão. Tais acontecimentos teriam demonstrado aos EUA que a Espanha é um “sócio confiável”, conforme mencionou o chanceler em entrevista ao periódico “La Vanguardia” em 29/08. O governo espanhol tem buscado, igualmente, intensificar seu protagonismo nas altas instâncias comunitárias, juntamente com

intensa agenda internacional do Presidente Pedro Sánchez no âmbito europeu, para elevar a capacidade da Espanha de influir em temas-chave como o Pacto de Migração e Asilo, o Fundo de Recuperação Europeu, a cooperação com os países do Mediterrâneo e com o continente africano, e as relações com a América Latina (Acordo Mercosul-UE e Venezuela).

No contexto da crise sanitária internacional, a Espanha vem buscando papel de liderança no âmbito da UE, especialmente no que tange à aprovação de orçamento plurianual expansionista para o bloco, enfrentando a oposição dos países ditos “do Norte” ou “frugais” (especialmente Países Baixos e Suécia) que seriam contrários à concessão de doações aos países que mais sofreram com a pandemia (chamados “do Sul”). Nesse contexto, a Espanha vem se aproximando dos países do MED7 (França, Espanha, Chipre, Itália, Malta e Portugal). O grupo foi estabelecido informalmente em 2013, tendo realizado sua sétima cúpula de Chefes de Estado em 2020, ocasião em que se tratou, entre outros temas, de posição coordenada perante atividades da Turquia no Mediterrâneo Oriental e do apoio ao plano europeu de recuperação econômica – “Next Generation EU”.

Segundo a "Estratégia de Acción Exterior 2021-2024", publicada em janeiro de 2021, a Espanha coloca o Brasil entre as prioridades dos relacionamentos bilaterais do país. O documento destaca o Brasil como país de associação estratégica e prevê novos impulsos aos mecanismos de consultas políticas e à retomada dos contatos de alto nível. O texto afirma que a Espanha apoiará o ingresso do Brasil na OCDE e prosseguirá com planos de investimentos espanhóis em infraestrutura e desenvolvimento regional. A Espanha buscará trabalhar em conjunto com o Brasil na luta contra as mudanças climáticas, a preservação da floresta amazônica, assim como a proteção de minorias étnicas.

A “Estratégia” determina quatro eixos substantivos da política externa espanhola nos próximos anos: i) direitos humanos, democracia, segurança, feminismo e

diversidade; ii) economia e sociedade integrada, justa e equitativa; iii) planeta mais sustentável, resiliente, habitável e verde; iv) integração regional e multilateralismo reforçados.

Ainda que condicionada pela evolução e pelos resultados obtidos no combate à pandemia de COVID-19, a aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2021 e a recente aprovação da Estratégia de Ação Exterior 2021-2024 tendem a conferir impulso às iniciativas de ação exterior espanholas. O Orçamento Geral garantiu incremento de 17% dos recursos alocados à pasta das Relações Exteriores em 2021. A contribuição voluntária espanhola a organismos das Nações Unidas, por exemplo, deverá ser mais de dez vezes superior à de 2020 (passou de EUR 3,2 milhões para EUR 39,2 milhões em 2021); e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento foi elevada em 20%.

A Estratégia de Ação Exterior 2021-2024, aprovada em 27/4 pelo Conselho de Ministros, reúne prioridades e objetivos setoriais e geográficos de ação exterior no médio prazo. O texto prioriza a inserção da Espanha na UE, a diplomacia econômica, o apoio ao multilateralismo e a um "bilateralismo estratégico", além de propor modernização dos instrumentos da cooperação para o desenvolvimento.

REPRESENTAÇÃO ESPANHOLA NO PARLAMENTO EUROPEU

Em maio de 2019, ocorreram eleições para o Parlamento Europeu. Houve manutenção de partidos de centro e de esquerda como majoritários.

O PSOE se destacou como maior partido (ligado ao partido europeu S&D), com 20 parlamentares (acrécimo de 6 parlamentares) e com desempenho mais satisfatório desde as eleições gerais de abril de 2019, fortalecendo o governo de Pedro Sánchez. O PSOE se sobressaiu, ainda, como partido com maior votação do S&D no contexto europeu.

Os encolhimentos mais expressivos foram do PP (partido europeu PPE, com perda de 4 parlamentares) e do Podemos (perda de 6 parlamentares). Em contrapartida, cresceram o Vox (pela primeira vez no Parlamento Europeu, com 3 representantes) e o Partido da Catalunha (2 parlamentares), ambos sem filiação europeia.

Houve grande aumento da participação de eleitores, circunstância relacionada à realização de pleitos municipais e das comunidades autônomas na mesma data. Entre os partidos nacionalistas catalães e bascos, a coalizão Ahora Repúblicas, formada por ERC, EH Bildu e BNG, obteve 3 assentos. O ex-presidente da Generalitat da Catalunha, Carles Puigdemont, prófugo da justiça espanhola na Bélgica, conseguiu eleger-se pela lista do Junts per Catalunya (JxCat), que obteve 2 assentos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia espanhola foi proporcionalmente mais afetada pela crise epidemiológica de 2020 do que outras economias europeias, conforme atestam dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que indicam retração de 10,8% do PIB em 2020 - enquanto a média das economias da Zona do Euro sofreu contração de 6,8% no mesmo período. A queda foi menos acentuada pela melhora da situação econômica no terceiro e quarto trimestres do ano, com crescimento de 16,4% e 0,4%. A maior queda ocorreu no setor de construção (-18%) e em serviços (-9,8%). O impacto da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19 foi maior, em relação a outros europeus, pela dependência da economia espanhola dos serviços de turismo (que representam 12% do PIB) e pelas características do tecido produtivo,

majoritariamente composto por micro, pequenas e médias empresas pouco capitalizadas, por conseguinte, mais vulneráveis a choques macroeconômicos.

A despeito de retração de 0,4% do PIB no primeiro trimestre de 2021, a expansão de 2,8% da economia no segundo trimestre validou visão otimista do governo espanhol segundo a qual a recuperação econômica ganhará ímpeto no segundo semestre de 2021, com crescimento do PIB de 6,5%, e o de 2022 estimado em 7%, o que proporcionaria retorno da economia espanhola a níveis pré-pandêmicos já no ano que vem.

Por sua vez, a Comissão Europeia, em seu relatório de primavera publicado em maio, prevê crescimento da economia espanhola de 5,9% em 2021 e 6,8% em 2022. A Comissão Europeia avalia que o Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR) da Espanha terá papel decisivo para viabilizar a recuperação da atividade econômica no segundo semestre e para a expansão do PIB. Ademais, espera-se que a contribuição da demanda externa ao crescimento do PIB seja positiva a partir de 2022, quando o setor de turismo deve retornar ao nível de atividade registrado em 2019. Os dados recentemente publicados pela UE demonstram que a Espanha se tornou o quarto país mais endividado do bloco, logo atrás de Grécia, Itália e Portugal. Por outro lado, a Comissão Europeia também indica que, após ter alcançado 11% do PIB em 2020, o déficit público espanhol deve reduzir-se a 7,6% do PIB em razão da expectativa de redução da necessidade de medidas públicas de estímulo econômico. Espera-se que a dívida pública se reduza a 116,9% do PIB até o fim de 2022, após ter alcançado 120% do PIB em 2020. A inflação também deve elevar-se em 2021 à medida que o crescimento da demanda leve ao aumento de preços de serviços aos consumidores. A elevação dos preços de eletricidade e de combustíveis também poderá desencadear tendências inflacionárias. A Comissão também assinala que, apesar dos esforços governamentais, as empresas espanholas

ainda enfrentam riscos de insolvência, que podem impactar a capacidade produtiva e o nível de emprego do país.

Em 27 de abril último, o governo espanhol enviou à Comissão Europeia a versão definitiva, aprovada pelo Conselho de Ministros, do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR), que apresenta os investimentos e reformas a serem realizadas pela Espanha no marco do "Recovery and Resilience Facility (RRF)" do programa "Next Generation EU". O plano espanhol foi aprovado em 16 de junho. A Espanha espera receber, entre 2021 e 2026, recursos da ordem de 140 bilhões de euros, dos quais 70 bilhões em transferências diretas, do total de 672,5 bilhões de euros do orçamento do RRF. Não havendo objeção do Conselho para Assuntos Econômicos e Financeiros (Ecofin) ou dos governos nacionais, espera-se que a primeira transferência de recursos ocorra já no mês de julho, após a próxima reunião do Ecofin. Estima-se que em 2021 a Espanha receba até 19 bilhões de euros.

O INE revelou, em fevereiro de 2021, que a taxa de desemprego teria sido de 16,1% em 2020. O dado oficial do FMI foi de 15,5%. O desemprego na Espanha afeta em especial a população jovem. Ao final de 2020, 40,1% da população com menos de 25 anos estavam fora do mercado de trabalho e sem perspectivas de absorção nos próximos seis meses. Apesar da intensa queda do PIB, a queda do desemprego foi menos expressiva do que a registrada no período que se seguiu à crise financeira de 2008. Tal comportamento seria explicado pelas medidas contracíclicas adotadas pelo governo. A queda na oferta de empregos na indústria e no comércio foi contrabalançada pelo aumento das vagas no setor público. As regiões mais afetadas pelo aumento do desemprego em números absolutos foram: Catalunha, Ilhas Canárias, Madri e Valência, regiões onde os setores de serviço, turismo e indústria são protagonistas econômicos.

O INE publicou, em junho, dados sobre indicadores demográficos da população espanhola. Com contribuição direta da pandemia do COVID-19, a

Espanha registrou no ano passado o mais baixo saldo populacional vegetativo da série histórica, iniciada em 1975. No decorrer de 2020, faleceram 492.930 pessoas na Espanha, 74.227 (17,7%) a mais do que em 2019. número de nascimentos em 2020, por sua vez, foi de 339.206, 5,9% menos do que o total registrado em 2019. Desde 2010, a queda no número de nascimentos é contínua – com exceção de 2014, quando nasceram cerca de 2.000 pessoas mais do que em 2013 - e chega a 30,3%. Do total de nascimentos que ocorreram na Espanha, 22,5% foram de mães estrangeiras, proporção semelhante àquela de 2019 (22,3%).

COMÉRCIO EXTERIOR

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Espanha tem variado ao longo da última década, com pico de US\$ 8,1 bilhões em 2018 e mínima de US\$ 5,2 bilhões em 2016. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 6,5 bilhões, com queda de 4,1% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Espanha variaram positivamente e alcançaram o volume de US\$ 4,0 bilhões (+ 0,4%), o que representou 1,93% do total das exportações brasileiras. Por sua vez, as importações da Espanha ao Brasil, de US\$ 2,5 bilhões (-10,5%), representaram 1,59% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil, alcançando US\$ 1,524 bilhões, de modo que a Espanha figurou em 8º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e o 14º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: óleos brutos de petróleo (26%); soja (24%); milho (9,5%); farelos de soja (7,8%); e minérios de cobre (7,7%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular: óleos combustíveis de petróleo (14%); compostos organo-inorgânicos (5,6%); medicamentos, incluindo veterinários (5,4%); defensivos agrícolas (5,1%); e outros produtos da indústria de transformação.

A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoques de investimentos de mais de US\$ 78 bilhões. Por dados compilados até 2019, várias empresas espanholas entraram ou redobram sua aposta no Brasil, entre as quais AENA, Iberdrola/Neoenergia, Globalia/Air Europa e Red Eléctrica. Os principais setores em que as empresas espanholas estão presentes no Brasil são: serviços financeiros, telecomunicações e energia. É também significativo o interesse das empresas brasileiras em investir na Espanha. Ainda no ano de 2019, foi retomado o mecanismo do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Brasil-Espanha, que não se reunia desde 2015.

TURISMO E ESPORTES

Os setores de Turismo e Esportes oferecem contribuição fundamental ao desenvolvimento de países com inegável vocação turística como Brasil e Espanha, e podem, portanto, estimular investimentos recíprocos, além de intercâmbios de experiências, especialmente na área de formação profissional. Em 2019, a Espanha recebeu 83,7 milhões de turistas, que gastaram cerca de 92,2 bilhões de euros no país, aumento exponencial comparado a 2001, quando o país recebeu 48,6 milhões de turistas. A promoção de maior e melhor cooperação no setor turístico poderia beneficiar-se da revisão dos instrumentos bilaterais existentes nesse campo. Há ainda potencial turístico a ser explorado, cerca de 145 mil turistas espanhóis vieram ao Brasil em 2019 (11º emissor, Embratur) e 566 mil brasileiros foram ao país ibérico (dados da Secretaria de Estado de Turismo da Espanha).

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA

Anos	Eventos
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril
1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia

1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas
2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha
2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI
2018	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE. Posse de Pedro Sánchez como novo Presidente de Governo

2019	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE com maioria simples. PSOE encabeça o primeiro governo de coalizão desde a Segunda República. Pedro Sánchez é mantido como Presidente de Governo
2020	Pandemia de COVID-19 provoca mais de 80.000 mortes na Espanha e infecta aproximadamente 10% da população até o mês de novembro.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	Evento
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada
1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradicação entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa

2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidente Dilma Rousseff visita a Espanha. Firmada a Declaração Presidencial Conjunta de Madri, que estabelece, entre outros, Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa.
2015 (abril)	Vice-Presidente Temer visita a Espanha.
2016 (setembro)	Presidente Temer encontra-se com o Presidente de Governo Rajoy à margem da Reunião do G-20 em Hangzhou, China.
2016 (novembro)	Chanceler Serra visita a Espanha, onde participa de Seminário sobre Oportunidades de Investimentos no Brasil, e, entre encontros com outras altas autoridades, entrega ao Rei Felipe VI e ao Presidente de Governo Mariano Rajoy convites do Presidente Temer para que visitem o Brasil.
2017	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, visita a Espanha.
2017	Visita do Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, ao Brasil (24 e 25 de abril)
2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira à Espanha (Madri, 11 de outubro)
2019	A Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro (janeiro)
2019	O Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, visita Madri (maio de 2019)
2019	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, visita a Espanha
2020	O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia realiza viagem oficial à Espanha (26 de fevereiro a 2 de março)
2021	Visita da Ministra Arancha González a Brasília.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Convenção para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	30/04/1870	
Convenção de Arbitramento	08/04/1909	29/06/1911	04/02/1912
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/11/1949	22/02/1954	15/03/1954
Acordo Cultural	25/06/1960	01/06/1965	19/08/1965
Acordo de Migração	27/12/1960	10/06/1964	06/07/1964
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975	05/01/1976
Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	02/04/1993	08/06/1993
Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986	17/06/1986
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990	13/12/1990
Tratado de Extradicação	02/02/1988	30/06/1990	25/06/1990
Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988	26/04/1988	05/10/1990	20/12/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	13/04/1989	31/07/1991	04/07/1991

Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções	13/04/1989	27/07/1992	20/08/1992
Convênio de Seguridade Social	16/05/1991	01/12/1995	08/11/1995
Tratado Geral de Cooperação e Amizade	23/07/1992	06/07/1994	04/08/1994
Tratado sobre Transferência de Presos	07/11/1996	22/04/1998	04/05/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	18/04/1997	20/05/1998	20/07/1998
Ajuste Complementar relativo à Realização da Terceira Edição do curso Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências	14/05/1998	17/06/1998	05/08/1998
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Autossustentado da Região Semiárida brasileira	19/02/2002	26/08/2002	
Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social	14/05/2002		Em ratificação
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre o Brasil e a Espanha	22/05/2006	01/02/2008	09/12/2008
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	31/08/2011	12/07/2013
Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	07/04/2009	18/03/2009
Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	16/11/2009	13/12/2012

Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	10/11/2009	11/02/2010
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/07/2012		Tramitação CN
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	23/08/2013		Tramitação MRE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANDORRA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE ANDORRA	
NOME OFICIAL:	Principado de Andorra
GENTÍLICO:	andorrano (a)
CAPITAL:	Andorra-a-Velha
ÁREA:	467,63 km ²
POPULAÇÃO:	77.543 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Catalão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (88,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO:	Parlamentarismo Unicameral (Conselho Geral, com 28 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Co-príncipes: Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília (desde 12 de maio de 2003); representado por Josep Maria Mauri (desde 20 de julho de 2012); e Emmanuel Macron (desde 14 de maio de 2017), representado por Patrick Strzoda (desde 14 de maio de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Xavier Espot Zamora (desde 16 de maio de 2019)
CHANCELER:	Maria Ubach Font (desde 17 de julho de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US\$ 3,154 bilhões (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 3,320 bilhões

PIB PER CAPITA (2019)	US\$ 45,887
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 49,900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2019); 1,5% (2018); 0,3% (2017); 1,2% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2020):	0,868 (36ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	81,9 anos
ALFABETIZAÇÃO:	n.d.
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há representação diplomática andorrana residente no Brasil.
BRASILEIROS NO PAÍS:	300

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ANDORRA (FONTE: MDIC, US\$)						
BR → Andorra	2013	2015	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	1,300,899	161,463	124,450	393,000	2,055,000	228,800
Exportações	14,649	152,825	100,953	382,000	2,042,000	202.000
Importações	128,625	8,638	33,497	10,000	11,400	26,800
Saldo	-1,271,601	144,187	67,456	372,000	2,032,000	175,200

APRESENTAÇÃO

O Principado de Andorra é um país europeu localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km², Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, São Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma principalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois Co-Príncipes: o Bispo de Urgel, na Espanha, e o Presidente da França. Seu Parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicília **Co-príncipe**



Nascido em 1949, em Barcelona. Em 1965 ingressou no Seminário, onde estudou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1974, tendo se tornado posteriormente Bispo Auxiliar de Barcelona, em 1993. Foi nomeado pelo papa João Paulo II como bispo coadjutor de Urgel em 2001. Após dois anos, tornou-se bispo de Urgel e, portanto, co-príncipe de Andorra.

Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron
Co-príncipe



Nascido em 1977, em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade de Nanterre e concluiu Mestrado em Relações Públicas na Sciences Po. Formou-se na École Nationale d'Administration (ENA) em 2004. Trabalhou como funcionário público superior na Inspeção Geral de Finanças, e mais tarde, tornou-se banqueiro de investimento na Rothschild & Cie Banque. Macron foi nomeado vice-secretário geral do presidente por François Hollande em 2012 e ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais em 2014. Em 2017, aos 39 anos, Macron tornou-se o presidente mais jovem da história da França.

Xavier Espot Zamora
Primeiro-ministro



Nascido em 1977, em Andorra. Graduiu-se em Direito e Filosofia. Sua carreira foi predominantemente na área jurídica, tendo sido Secretário Judicial de Andorra entre 2004 a 2008. Também possui experiência jurídica em tribunais da França e da Espanha. Em 2011, tornou-se Secretário da Justiça e do Interior de Andorra, e em 2012 foi nomeado Ministro do Interior, no Governo de Antoni Martí (2015-2019, do partido Democratas por Andorra). Em 2015, acumulou a pasta de Ministro de

Assuntos Sociais. É líder do partido Demócratas por Andorra (centro direita) desde dezembro de 2018. Foi eleito em abril de 2019 e assumiu a chefia do Governo em maio daquele ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial. Nesse sentido, as excelentes relações bilaterais culminaram em positivos resultados em termos de apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida.

Episódio marcante das relações bilaterais entre Brasil e Andorra consistiu na visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília, em abril de 2013, quando manteve contato com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Tratou-se da primeira visita de chanceler andorrano ao país. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo, com o intuito de encorajar o intercâmbio de turistas e os investimentos mútuos no setor, além do intercâmbio de especialistas e de troca de experiências e informações sobre turismo.

O ex-Presidente Michel Temer, teve a oportunidade de saudar o então Chefe de governo do Principado, Antoni Petit, e sua esposa durante a recepção por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Além disso, Petit encontrou-se com o então Vice-Presidente Temer por ocasião da Cúpula Ibero-americana de Veracruz, em 2014. Em 2016, o então Ministro do Turismo, Henrique Alves, manteve encontro com o Ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri, ocasião na qual a parte andorrana

manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade histórica e cultural entre Andorra e a Catalunha.

Em 2018, o então Presidente da República, Michel Temer, manteve reunião com o Presidente de Governo andorrano à margem da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Antígua, Guatemala, quando trataram da Secretaria Pro Tempore andorrana da Conferência Ibero-Americana (2019-2020).

A cooperação bilateral segue focada no âmbito consular, dado o elevado número de turistas brasileiros que anualmente chegam ao Principado, assim como o emprego de nacionais brasileiros na indústria do turismo sazonal de inverno. Também são frequentes os intercâmbios de pedidos de cooperação jurídica internacional.

Nesse contexto, em abril de 2018, foi criado Consulado Honorário em Andorra-a-Velha.

Andorra tem participação ativa no âmbito ibero-americano. Desde 2005, o país participa das Reuniões de Cúpula Ibero-Americanas. Em 2016, a capital andorrana ostentou o título de Capital da Cultura Ibero-Americana e sediou a XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação. Cumpre sublinhar a eleição de Andorra para assumir a Presidência Pro Tempore Ibero-Americana, por ocasião do encontro de chanceleres realizado, em dezembro de 2018, em Antígua, Guatemala. Desse modo, a capital Andorra-a-Velha sediou, em abril de 2021, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Ainda no âmbito ibero-americano, Andorra participou com contribuição financeira a projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano.

Na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada na Ilha do Sal, em Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de julho de 2018, foi atribuída a categoria de Observador Associado ao Principado de Andorra.

Em 12 de novembro de 2020, realizou-se videoconferência entre o ex-Ministro Ernesto Araújo e sua homóloga andorrana, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano. Na ocasião, tratou-se da Conferência Ibero-Americana e de temas bilaterais, como transparência bancária e fiscal, combate ao financiamento do crime internacional, em especial o impedimento da lavagem de dinheiro, e aprofundamento das

negociações bilaterais para um acordo sobre bitributação e cooperação em matéria de turismo.

POLÍTICA INTERNA

As origens da organização estatal andorrana são baseadas no instituto do co-principado e remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias"), instituição que evoluiu gradativamente até se converter no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. O texto acordado assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinaturas de 10% dos habitantes) e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e integrantes do Judiciário. A aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e seu reconhecimento internacional.

Segundo a Constituição de Andorra, "os co-príncipes são o símbolo e a garantia da permanência e da continuidade de Andorra, assim como de sua independência e do sustento do espírito de igualdade nas relações de equilíbrio com os Estados vizinhos". Embora as atribuições sejam, na prática, meramente protocolares, o texto constitucional estabelece que os co-príncipes encarnam as funções de arbitrar e moderar o funcionamento dos poderes públicos e das instituições andorranas.

O país tem cerca de 77 mil habitantes, dos quais 50% são estrangeiros, oriundos, principalmente, de França, Espanha e Portugal.

Em abril de 2011, Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmocrates de Andorra" (DA), assumiu a chefia de governo do Principado, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano em amplo de processo de reformas iniciado por seu Governo, a raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em sete representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com oito deputados.

O então governo andorrano tinha os objetivos de consolidar a abertura do Principado ao exterior, ao identificar sete desafios a serem enfrentados pelo país: i) intercâmbio automático de informações tributárias; ii) soberania energética e sustentabilidade; iii) incremento da oferta educativa; iv) melhoria das comunicações com o exterior; vi) oferta cultural; e vii) associação com a União Europeia.

Em 2019, Petit dissolveu o Conselho Geral (Parlamento) e convocou eleições. O Decreto correspondente foi assinado pelos co-príncipes, seguindo medida prevista no calendário eleitoral andorrano. Nas eleições, a chapa do então Ministro de Assuntos Sociais, Justiça e Interior, Xavier Espot Zamora, também pelo DA, foi exitosa com acordo de coalizão com as lideranças do LdA e do Cidadãos Comprometidos (CC), que ocupam Ministérios da atual administração. Nas eleições de 2019, o DA obteve 11 assentos, o LdA 4, o CC, 2 (totalizando 17 conselheiros na coalizão), o Partido Social-Democrata (oposição) 7, Terceira Via 4 (abstiveram-se na eleição do Chefe de Governo).

POLÍTICA EXTERNA

Em 1993, Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas. O país busca adequar-se paulatinamente ao amplo acervo de diplomas multilaterais. Andorra sublinha a importância do Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável N° 4 (educação), declaradamente o eixo da diplomacia multilateral do Principado.

Ressalta-se a singularidade de Andorra como único país dotado de identidade em suas relações internacionais com a Ibero-América e a Francofonia. O país mantém relações reconhecidamente excelentes com a Espanha, consubstanciadas em cerca de 40 acordos nos mais diversos setores e marcada por frequentes visitas de alto nível. O então Presidente Rajoy visitou o país em 2015 - a primeira visita de um Chefe de Governo espanhol ao país.

Andorra está empenhada em negociações para um Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que lhe permita aceder, sem barreiras, ao mercado comunitário, preservando, contudo, especificidades próprias. O país já assinou com o bloco instrumentos que regulam a participação na união aduaneira comunitária (1990), acordo monetário (2011), e acordo sobre intercâmbio automático de informações em matéria fiscal (2014). Em 2016, foi firmado acordo sobre troca de dados de contas financeiras.

Além da ONU, Andorra é membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Tribunal Penal Internacional (TPI), da União Internacional de Telecomunicações (ITU), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Turismo, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O país acedeu ao FMI como membro em 16 de outubro de 2020.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB nacional é em grande medida centrado no sistema financeiro e no turismo. O país adquiriu grande experiência e *know-how* na prestação de serviços turísticos, notadamente no inverno. Andorra recebe cerca de 500 mil visitantes por mês, totalizando número recorde de 8 milhões em 2019, com foco voltado para as estações de esqui e o comércio de luxo. O Principado está incluído em circuitos esportivos como a Copa do Mundo de Esqui Alpino e o “Tour de France”.

As prioridades do Governo consistem, em contexto dos planos de modernização da economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. A partir de então, Andorra firmou mais de vinte acordos bilaterais sobre intercâmbio de informação fiscal, bem como convênios para evitar bitributação.

Em 2018, entrou em vigor, uma das principais medidas legislativas com impacto sobre o modelo econômico andorrano: a lei de intercâmbio automático de informação em matéria fiscal. Trata-se de importante esforço de modernização da economia local, com vistas ao reconhecimento internacional da transparência do setor bancário local.

O Governo de Antoni Petit também implementou modelo de isenção tributária para determinados setores, como “ferramenta de competitividade fiscal”. Estima-se que 25% da mão-de-obra do país esteja isenta de pagamento de imposto sobre a renda, a maioria nos setores de hotelaria, comércio e estações de esqui. As sociedades andorranas são isentas de pagamentos de impostos sobre dividendos.

Em 2019, a Standard & Poor’s manteve a qualificação de risco do país como BBB/A-2, considerando positivas as políticas de diminuição da dívida pública, candidatura ao FMI e evolução das negociações para ingresso na UE. Em outubro de 2020, Andorra acedeu ao FMI como membro.

Por suas dimensões, o país é essencialmente importador, tendo déficit na corrente de comércio com o mundo de cerca de um pouco mais de US\$ 1 bilhão. Seus principais parceiros comerciais são: Espanha, França, China, Itália, Alemanha e Reino Unido. A Espanha é o maior demandante dos serviços financeiros andorranos, maior investidor estrangeiro no país, comprador de metade de suas exportações, fornecedor de cerca de 62% de suas importações e principal país de origem dos turistas que chegam a Andorra. Cerca de 40% dos investimentos externos em Andorra provêm da Espanha.

Intercâmbio comercial Brasil - Andorra

As trocas comerciais Brasil-Andorra são ainda pouco expressivas. O principado é o 216º destino das vendas e a 182ª origem das compras brasileiras (2020). Após cinco anos consecutivos de déficits nas transações comerciais com o principado, o Brasil reverteu a tendência e obteve superávits a partir de 2015. Vale observar que não existe tradição nos produtos comercializados: a cada ano, novos produtos compõem a pauta, que não se repete no período seguinte.

Em 2020, o fluxo comercial foi de US\$ 228.800 (-90% frente a2019). As exportações brasileiras recuaram 90% (de US\$ 2,04 milhões em 2019 para US\$ 202.000 em 2020), ao passo que as importações mantiveram-se em baixo patamar, no nível dos US\$ 26.800.

Os produtos industrializados representaram a totalidade do fluxo comercial bilateral. Os produtos brasileiros exportados em 2020 foram: motores de pistão e suas partes (22%); madeiras (13%), compressores de ar (10%) e manufaturas de madeira (8,7%). Os principais produtos importados foram: artigos de plástico (32%), compressores de ar e ventiladores (24%), instrumentos e aparelhos de medição (13%) e material impresso (12%).

A Receita Federal do Brasil mantém Andorra na lista de países com tributação favorecida.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1133	O conde de Urgell cede Andorra ao bispo de Urgell.
1278	Nos termos do acordo de "pareage", Andorra adota fidelidade conjunta a um príncipe francês e um espanhol, após disputas entre herdeiros franceses do condado de Urgell e bispos espanhóis de Urgell.
1419	O Conselho da Terra, órgão eleito, é estabelecido para lidar com questões locais.
1607	Édito real francês estabelece que chefe de Estado francês e bispo de Urgell serão co-príncipes de Andorra.
1936-39	Tropas francesas são enviadas para proteger Andorra na Guerra Civil Espanhola.
1982	Primeiro ramo executivo do governo toma posse. Sua liderança é eleita pelo Conselho da Terra.
1990	Andorra assina acordo que estabelece união aduaneira com a União Europeia.
1993	Primeira constituição é adotada, por referendo. Documento reduz poderes feudais dos dois príncipes. Novos órgãos executivos, legislativos e judiciais do governo são criados.
1993	Andorra se junta às Nações Unidas.
1993	França, Espanha estabelecem embaixadas em Andorra.
2004	Assinado Acordo de Cooperação com a União Europeia (UE), que entra em vigor no ano seguinte.
2011	Assinado acordo com a UE que permite que o euro seja a moeda oficial de Andorra. O acordo entra em vigor em 2012.
2013	Andorra introduz o imposto de renda pessoal pela primeira vez, sob pressão da União Europeia para combater a evasão fiscal.
2016	EUA suspendem sanções impostas em 2015 contra o quarto maior banco de Andorra, o Banca Privada d'Andorra, por lavagem de dinheiro.
2016	O Parlamento aprova planos para acabar com o sigilo das contas bancárias de residentes da UE a partir de janeiro de 2018.
2019	O Parlamento Europeu emite recomendação positiva à eventual assinatura de acordo de associação entre a UE e Andorra.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado.
1997	Nomeação do primeiro embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri.
2013	O ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil, ocasião na qual é firmado Memorando de Entendimento sobre Turismo.
2016	O então ministro do Turismo, Henrique Alves, mantém encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri.
2020	O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, mantém videoconferência com sua homóloga de Andorra, Maria Ubach Font, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais entre Brasil e Andorra além de Memorando de Entendimento Bilateral em Turismo, assinado em 2013.